

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

16 de
JAN
2019

CLIP PING



TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

PLENÁRIO

Bomba-relógio

Casagrande recebeu ontem no Palácio Anchieta o secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos Adamek, e o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, o juiz Luís Lanfredi, acompanhados do desembargador do TJ-ES Fernando Zardini.

Foram tratar da política prisional e citaram alternativas, como mutirão para analisar processos e reduzir a superlotação carcerária e a biometria de presos.

CNJ busca parceria com governadores para modernizar prisões

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, recebeu nesta terça-feira (15/1), em Vitória, comitiva do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir um conjunto de medidas para modernizar o sistema carcerário. Foi a terceira reunião da rodada de encontros que o CNJ realiza com governadores para negociar parcerias na implantação do projeto. Na semana passada, o secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos Vieira von Adamek, e o juiz auxiliar da Presidência Luís Geraldo Lanfredi, se reuniram com os governadores de Rondônia, Coronel Marcos Rocha, e de Mato Grosso, Mauro Mendes.

A exemplo dos encontros anteriores, na reunião em Vitória foram apresentados os projetos do CNJ para o sistema prisional brasileiro, que tem cerca de 726 mil pessoas presas atualmente e sofre com a superlotação e a infraestrutura deficiente. A ideia é que o CNJ colabore para o aperfeiçoamento da gestão do sistema, que é de responsabilidade dos estados – à exceção de cinco estabelecimentos federais.

Um dos projetos discutidos é a digitalização dos processos de execução penal com a adesão dos tribunais de Justiça e dos órgãos públicos que lidam com a Justiça Criminal ao Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU). A iniciativa vai permitir, entre outros benefícios, que nenhum cidadão fique preso além do tempo prescrito na sentença. As prisões ilegais contribuem para o quadro de superlotação do sistema. Esse projeto já está em curso no Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

Outra ação que o CNJ busca parcerias locais para implantar é a identificação biométrica da população prisional. A ação vai identificar individualmente toda a população prisional. Com carteira de identidade (RG), carteira de trabalho e título eleitoral, entre outros documentos de identificação, o cidadão preso no Brasil dará um passo importante para a ressocialização.

Segundo o secretário-geral do CNJ, desembargador Carlos Vieira von Adamek, a receptividade dos tribunais à iniciativa do CNJ nos parece bastante positiva. “No primeiro momento, estamos produzindo diagnósticos em conjunto com os tribunais para elaborar os planos de trabalho que vão nortear nossa ação a partir de agora. Com base nos objetivos pactuados com os tribunais de Justiça dos estados, saberemos quais produtos teremos para entregar a curto, médio e longo prazos”, afirmou o desembargador Adamek.

De acordo com o coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo do CNJ (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi, a aproximação do CNJ aos governos estaduais traz uma proposta inédita: oferecer capacitação técnica para apoiar as atividades em campo. “Nossa nova abordagem têm um diferencial em relação a iniciativas anteriores do CNJ. Nós não vamos aos estados para cobrar dos governos. Vamos apresentar soluções, trabalhar em conjunto e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) fornecerá uma equipe para realizar o trabalho de campo”, afirmou Lanfredi.

Desdobramentos

Após o encontro de terça-feira (15/1), em Vitória, o CNJ foi convidado a discutir detalhes das propostas com uma força-tarefa formada pelo governo do Estado do Espírito Santo com representantes de vários órgãos públicos do estado, como o Ministério Público, e outras instituições que lidam com a Justiça Criminal, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES) e a administração prisional.

Segundo o desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), Fernando Zardini, já estão praticamente concluídas as etapas de digitalização e cadastramento dos processos de execução penal. “Em fevereiro, começaremos a terceira etapa, de implantação do sistema”, afirmou Zardini. Em todo o país, o SEEU está em implantação em, pelo menos, 11 estados. Até o momento, 375 mil processos de execução penal foram cadastrados no sistema.

PRESO POR ESTUPRO

Vice do PDT estadual, Durão não será punido

Presidente da comissão de ética do partido diz que é preciso aguardar decisão judicial

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Preso por estupro desde o último dia 4 e denunciado pelo Ministério Público Estadual (MPES), o deputado estadual Luiz Durão, vice-presidente estadual do PDT, não vai sofrer sanções do próprio partido, ao menos por enquanto. Presidente da comissão de ética da legenda no Espírito San-

to, Junior Fialho diz que a sigla não pode se manifestar enquanto não houver uma decisão judicial sobre o caso do parlamentar. Durão não foi condenado nem absolvido. A denúncia ainda deve ser analisada.

"A gente não tem como avaliar isso agora, tem que aguardar a Justiça, não podemos ultrapassar as decisões judiciais", afirmou Fialho. A comissão, se acionada por algum membro do partido, poderia definir, em caso de sanção, por advertência, afa-

tamento, suspensão ou até expulsão. Isso após a realização de um procedimento com direito à ampla defesa do deputado.

"A gente expulsa ele e a Justiça o absolve. E aí?", questiona Fialho. Por isso, ele diz que caso a comissão seja acionada, o procedimento ficaria em suspenso aguardando o julgamento de Durão.

O caso tramita, por enquanto, no Tribunal de Justiça do Estado (TJES), mas pode "descer" para o primeiro grau, como foi solicitado

pelo MPES. De qualquer forma, é o que vai ocorrer a partir de fevereiro, quando Durão já não terá mandato na Assembleia Legislativa. O parlamentar segue preso no quartel do Corpo de Bombeiros, em Vitória.

SECRETARIA

Durão seguirá na suplência porque o correligionário Marcelo Santos decidiu não assumir a Secretaria de Estado de Esportes. Caso contrário, Durão herdaria a cadeira no Legislativo. O titular da pasta ain-



FERNANDO MADEIRA - 04/01/2019
Luiz Durão está preso acusado de estupro

da deve ser do PDT. O presidente estadual do partido, Sérgio Vidigal, esteve ontem com o governador Renato Casagrande (PSB).

De acordo com o Palácio Anchieta, o novo nome ainda não foi definido. Mas Vidigal já havia dito à reportagem que, caso o socialista não se opusesse, Alessandro Comper, que está à frente da pasta interinamente, poderia continuar e ser o titular. Comper é um dos integrantes da comissão de ética do PDT, ao lado de Paulo Sá.

Pescadores liberam ferrovia em Baixo Guandu

Manifestantes deixaram local após Justiça determinar liberação da via sob risco de multa

▸ Pescadores que foram impactados pela lama de rejeito de minério no Rio Doce e que bloqueavam a ferrovia na noite de ontem após a Justiça determinar a reintegração de posse da estrada. A decisão foi proferida pela 1ª Vara Cível de Baixo Guandu. O ramal ferroviário estava fechado desde segunda-feira, 14.

De acordo com o comandante do 2º Companhia do 8º Batalhão de Polícia Militar da cidade, Wagner Batista de Souza, era por volta das 19h30 quando um oficial de Justiça compareceu ao local e ordenou que os manifes-

tantes desobstruíssem a via. Houve um início de tumulto e a Polícia Militar foi acionada, mas não foi necessário fazer o uso da força. Às 21 horas, pescadores deixaram a linha férrea.

Pela decisão, caso houvesse o descumprimento da liminar, cada manifestante teria que pagar uma multa de R\$ 25 mil. O documento ainda afirma que, se ocorrer um novo protesto, os manifestantes terão que pagar uma multa diária de R\$ 50 mil cada um.

A determinação da Justiça dizia ainda que a Polícia Militar estaria autorizada a realizar a prisão de manifestantes caso ocorresse o descumprimento da decisão.

Segundo organizadores do protesto, mais de mil pescadores participavam do ato. Eles passaram a noite de segunda para terça no local. Para dormir, montaram na

linha de trem barracas. Eles também recebiam o apoio de moradores com doação de alimentos e água.

O protesto foi organizado por pescadores de Minas Gerais e do Espírito Santo. São profissionais que dependiam do Rio Doce e que foram impactados pela lama de rejeitos de minério que atingiu as águas do rio e do mar, em 2015, após rompimento de barragem em Mariana (MG).

Por causa da manifestação, o trem de passageiros da Vale também foi prejudicado. Os passageiros que se sentiram prejudicados poderão reagendar o bilhete ou pedir o reembolso do valor da passagem.

ESTOPIM

O estopim da manifestação foi uma decisão da Justiça mineira, que pretende descontar a parcela do pa-



Pescadores chegaram a montar barracas e dormir no local para impedir os trens

gamento do lucro cessante de 2018, que é uma reparação anual dos prejuízos causados com o fim da pesca. Alguns pescadores recebem todos os meses um auxílio-financeiro de um salário mínimo, mais 20% por dependente. No entanto, eles afirmam que muitos pescadores que fizeram o cadastro não receberam ainda o auxílio nem a indenização.

Os manifestantes fize-

ram diversas reivindicações, entre elas a inclusão de pescadores que ainda não receberam a indenização e o auxílio-financeiro, revisão de valores pagos, reconhecimento de vendedores de peixe, marisqueiros e areeiros, além da inclusão de rios, manguezais e o mar como áreas atingidas.

RESPOSTA

A Fundação Renova,

responsável por gerenciar os recursos para a recuperação das áreas atingidas e ressarcimento dos moradores e trabalhadores prejudicados, informou que desde 2015 já foram pagos R\$ 1,3 bilhão em indenizações e auxílio financeiro emergencial a mais de 26 mil pessoas. Além disso, garantiu que quem tem direito vai continuar recebendo os benefícios.

| ANISTIA PARA 2.622 PMS |

PERDÃO COM DIREITO A RETROATIVO DE R\$ 839 MIL



Policiais militares dentro do Quartel da PM durante a greve

FERNANDO MADRERA - 11/02/2017

Projeto de Casagrande será votado hoje na Assembleia

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

Os deputados estaduais votam hoje o projeto de anistia aos policiais militares punidos ou processados administrativamente por envolvimento na greve da PM de 2017. O projeto de lei complementar foi elaborado pelo governo Renato Casagrande (PSB) e prevê o perdão a 2.622 militares que respondem a procedimentos na corporação e aos 23 que foram expulsos (veja a lista com os nomes na pág 5). E esses ainda contarão com pagamento retroativo ao período em que estiveram afastados – e portanto, sem receber – contemplando salário, auxílio-alimentação, auxílio-fardamento, férias e 13°. Serão R\$ 839,148,80 no total. Individualmente, os valores a serem repassados a soldados, cabo e sargento vão de R\$ 22.801,90 a R\$ 68.915,63.

Essa, de acordo com o secretário de Estado da Casa Civil, Davi Diniz, é uma estimativa referente a feve-

reiro de 2017 a dezembro de 2018. Os valores podem aumentar ou diminuir. Os policiais terão até 30 dias para pedir a reintegração à PM e se isso se der após a folha de pagamento de janeiro ter sido elaborada, ainda haverá um repasse relativo ao mês atual. Há também que se verificar o período em que a expulsão efetivamente ocorreu.

Além do retroativo, o texto enviado ao Legislativo registra também um impacto “ordinário” de R\$ 1.027.067 para 2019. A cifra, ainda de acordo com Diniz, refere-se aos salários e direitos a serem pagos de janeiro a dezembro aos PMS que voltarem à ativa, uma vez que serão remunerados como os demais. Ou seja, a reintegração vai custar R\$ 1,8 milhão aos cofres do governo.

BRECHA

A Constituição Federal proíbe que militares façam greve. E a anistia poderia ser um “incentivo pedagógico” a uma nova paralisação. O

governador, no entanto, diz que o perdão não é uma “brecha”: “Tenho certeza que não haverá brecha porque não estamos abrindo mão da hierarquia e da disciplina. Estamos resolvendo um problema criado por erros do passado, de quem manifestou e de quem conduziu pelo Estado (uma referência à gestão passada, de Paulo Hartung)”.

A votação na Assembleia é nominal e a expectativa é de uma aprovação sem percalços, provavelmente à unanimidade.

CRIMES

A anistia restringe-se à esfera administrativa, assim, não se aplica a Inquéritos Policiais Militares, que apuram crimes militares, ou eventuais punições aplica-

das pelo poder Judiciário a PMS em relação à greve. O que fica arquivado é o seguinte: “Conselhos de Justificação, Conselhos de Disciplina, Processos Administrativos Disciplináveis de Rito Ordinário e Processos Administrativos Disciplináveis de Rito Sumário”, e também não pode haver “instauração de novos processos em razão dos mesmos fatos”.

Os crimes militares somente seriam perdoados se fosse aprovada outra anistia, que já recebeu o aval da Câmara dos Deputados, mas ainda não tem data para ser votada no Senado.

No dia 22 de novembro, na entrevista coletiva em que apresentou o novo comandante-geral da PM, Moacir Barreto, Casagrande, questionado por A GAZETA, disse que PMS expulsos não seriam anistiados: “O policial já expulso é porque já tramitou o processo. Afé briga judicial”. Ontem, a assessoria do Palácio Anchieta informou que a afirmação de Casagrande, na época, foi uma referência a quem eventualmente fosse expulso por decisão judicial. Mas expulsões administrativas seriam, desde o início, contempladas pela anistia.

A greve da PM, com atuação de familiares dos militares, que bloquearam os batalhões, durou 22 dias de um fevereiro sangrento, período em que 219 pessoas foram assassinadas no Estado.

O QUE DIZ O PROJETO

► Período

“Fica concedida anistia aos policiais militares e bombeiros militares em relação às transgressões disciplinares praticadas no período de 3 a 25 de fevereiro de 2017, decorrentes da participação no movimento reivindicatório ocorrido.”

► Prazo

“O policial militar ou bombeiro militar demitido, excluído, licenciado ou

punido disciplinarmente deverá, no prazo de até 30 dias, formular petição ao respectivo Comandante Geral solicitando seu retorno às fileiras da Corporação ou a extinção dos efeitos da punição.”

► Arquivamento

“Fica determinado o arquivamento dos Conselhos de Justificação, Conselhos de Disciplina, Processos Administrativos Disciplináveis de Rito

Ordinário e Processos Administrativos Disciplináveis de Rito Sumário, bem assim a não instauração de novos processos em razão dos mesmos fatos.”

► Direitos

“Fica assegurado ao policial militar ou ao bombeiro militar reincluído à respectiva corporação o reconhecimento de todos os direitos relativos ao período de afastamento.”

| ANISTIA PARA 2.622 PMS |

“NÃO CONDENE SÓ A POLÍCIA”, DIZ CASAGRANDE

Para governador, “tropa está doente”

CAÍQUE VERLI
cvsousa@redgazeta.com.br

Para justificar a decisão de anistiar os policiais militares que participaram da greve da PM, o governador Renato Casagrande afirmou que a tropa está “doente”, citando que muitos militares adoeceram por pressão psicológica. Ele também teceu duras críticas ao modo como o governo antecessor conduziu a negociação com os grevistas e negou que a anistia pode abrir brecha para outros episódios de quebra de hierarquia dentro da PM.

O governador deu entrevista para A GAZETA, mas antes disse, em coletiva ontem, no Palácio Anchieta, em Vitória, que o antigo governo deixou de dialogar com a categoria e pisou no “calo dos policiais” mesmo após o fim do movimento. “Se houve informação das nossas instituições de que aquilo (a greve) poderia acontecer, o governo deveria ter dado mais atenção. Acontecido o movimento, o governo deveria ter tido um lançar de pontas para o diálogo para não deixar prorrogar por mais de 20 dias essa manifestação. E com o fim das manifestações, o governo continuou pisando no calo dos policiais”, pontuou. Em entrevista, Casa-

grande disse que é preciso “não condenar apenas a polícia”, mas considerar o “ambiente” da época.

A lei impede militares de fazerem greve. Qual a justificativa para anistiar?

Houve erros de quem se manifestou porque a polícia não pode paralisar e erros na época da condução do governo. Temos um episódio muito triste para o Estado, com pessoas perdendo a vida, em decorrência de erros das duas partes. Fiz esse debate antes de chegar ao governo de que era preciso

“

Tenho certeza de que não haverá brecha (para outra greve) porque não estamos abrindo mão da hierarquia e da disciplina”

—
RENATO CASAGRANDE
GOVERNADOR

fechar essa ferida, apontarmos para frente. O capixaba tem pressa para que a polícia fique motivada em um ambiente de harmonia para que enfrentemos a criminalidade no Espírito Santo. São esses motivos que me fizeram encaminhar o projeto de lei. Essa tropa está sendo resgatada.

O senhor não acha que a anistia pode colocar em xeque a hierarquia da PM, pondo em risco a própria instituição? Temos casos de PMS expulsos que queimaram a própria farda...

Era um ambiente que nós tivemos naquela época e perdurou até hoje. São mais de 2.600 policiais que sofrem ou sofreram processo, um terço da tropa. Tivemos diversos policiais que atentaram contra a própria vida. Temos 500 policiais afastados por questões de saúde. A tropa está doente, com uma pressão psicológica muito forte. Era preciso dar esse passo adiante e a corregedoria da Polícia Militar será muito rigorosa, preservando a hierarquia, a disciplina. O comando da PM também será muito rigoroso para que a gente possa manter a tropa motivada e, ao mesmo tempo, com dis-

ciplina e hierarquia.

Isso não pode abrir uma brecha para que se repita a greve, já que esses policiais ficarão sem punição?

Tenho certeza que não haverá brecha porque não estamos abrindo mão da hierarquia e da disciplina. Estamos resolvendo um problema criado por erros do passado, de quem se manifestou e de quem conduziu pelo Estado. Estamos olhando para frente. O policial militar sabe que tem um regulamento, que tem regras e respeita hierarquia e disciplina. Isso será observado pelo comando da Polícia Militar.

Mas os PMS sabiam que isso existia e, mesmo assim, fizeram greve. Isso não pode voltar a acontecer?

Tem que penalizar quem tem responsabilidade. Teve responsabilidade quem manifestou e quem conduziu o processo (pelo governo). Não tem que botar 100% da responsabilidade nas costas só de uma parte, que são os policiais. Se nós tivemos erros dos dois lados e o prejuízo foi grande, não adianta continuar com a tropa desmotivada, sem uma harmonia necessária. Vamos apontar para frente e respeitar



cada vez mais essa hierarquia e essa disciplina.

E o salário e as condições de trabalho? Foram reclamações muito fortes durante a greve. Como será isso daqui para frente no governo do senhor?

Condições de trabalho nós daremos dentro das nossas possibilidades. Daremos dignidade aos policiais. Salário depende de receita e não posso prometer aumento a nenhum servidor porque depende do desempenho da receita.

Como fica a imagem do governo para a família dos mais de 200 mortos durante o período da greve, já que essas mortes foram causadas pela ausência da PM? Essa falta de punição não seria uma mensagem um pouco controversa pa-

ra esses familiares?

Essa avaliação é parcial porque você está condenando só a polícia. Não condene só a polícia. Condene aquele ambiente que nós tivemos de relação inexistente entre polícia e governo. E é isso que precisamos observar. Nós já tivemos 62,95% dos crimes de fevereiro de 2017 elucidados. Para os casos que faltam, estamos designando, a partir de hoje, dois delegados que trabalharão com exclusividade na elucidação desse restante de crimes. Não há nada que possa recompor uma vida tirada, mas é fundamental que a gente tenha elucidado e identifique os autores desses crimes. É uma preocupação para que ninguém fique impune ao se aproveitar daquele momento de erro dos manifestantes e do governo.

Secretário: Corregedoria vai ser implacável

Mesmo com a anistia, que vai perdoar mais de 2,6 mil policiais acusados de envolvimento com a greve da PM, o secretário estadual de Segurança Pública, Roberto Sá, prometeu que a Corregedoria da Polícia Militar vai atuar de forma severa contra qualquer novo desvio de conduta dos militares.

Roberto Sá pontuou

que o governo teve que tomar “uma medida que pode não ser ideal, mas é a melhor para o momento”. “Esses pilares da hierarquia e da disciplina são pilares centenarios e históricos de qualquer instituição militar. A Corregedoria tem e terá uma missão de ser implacável no desvio de conduta.”



Roberto Sá diz que Corregedoria será severa

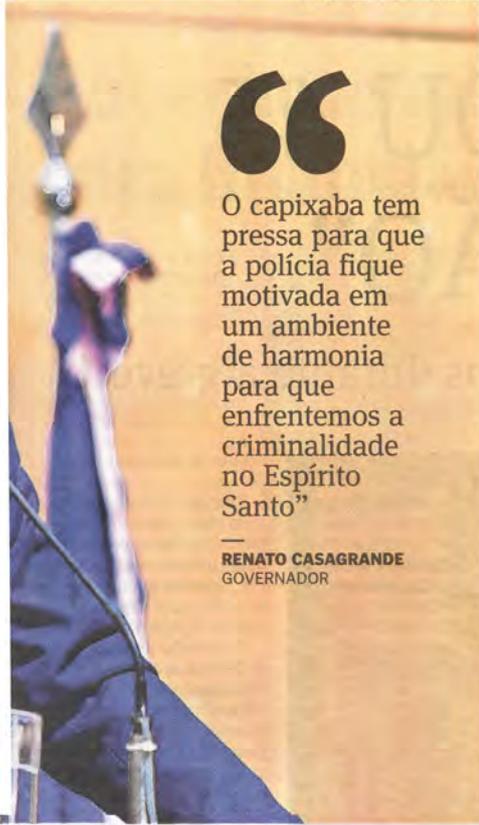
Reforço para concluir inquéritos

Para concluir a investigação de 83 mortes durante a greve da PM que seguem sem resposta, mesmo após dois anos da paralisação, a Polícia Civil colocou dois delegados, Carlos Tadeu Carvalho de Menezes e Eduardo Carvalho Khaddour, para auxiliar nas apurações do Departamento Especializado de Homicídios e Proteção à Pessoa.

Ao todo, 141 inquéritos já foram concluídos pela Polícia Civil com identificação de autoria dos crimes. “Acreditamos que em um período de três a seis meses vamos conseguir encerrar essas investigações e sedimentar esse período novo em que vivemos aqui no Estado”, afirmou o delegado-geral da Polícia Civil, José Darcy Santos Arruda.

O chefe da Polícia Civil disse também que não há nenhum indício de participação de policiais militares nos homicídios que ocorreram no período. Durante a greve, o então secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia, relatou que a polícia investigava a atuação de militares da ativa e da reserva em assassinações no Estado.

CARLOS ALBERTO SILVA - 01/01/2019



“

O capixaba tem pressa para que a polícia fique motivada em um ambiente de harmonia para que enfrentemos a criminalidade no Espírito Santo”

RENATO CASAGRANDE
GOVERNADOR

| ANISTIA PARA 2.622 PMS |

Gov: oito suicídios de PMs e 49 tentativas

Desde a greve, segundo a Sesp, 500 policiais tiveram que se afastar por motivo de saúde

CAÍQUE VERLI
cvsousa@redgazeta.com.br

Um dos argumentos do governo Casagrande para defender o perdão aos policiais grevistas foi o alto número de militares com problemas psicológicos. Segundo dados da secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), 49 PMs tentaram tirar a própria vida, e oito morreram por suicídio desde a greve de fevereiro de 2017.

Atualmente, de acordo com informações da Sesp, 500 militares estão afastados de suas atividades por questões de saúde.

“Tivemos aquele episódio lamentável, para ser esquecido, de uma greve da PM que deixou muitos prejuízos para a sociedade, com mortes, ataques e crimes contra o patrimônio. Mas, além disso, deixou sequelas na organização da estrutura administrativa e operacional da PM e na saúde do policial”, enfatizou o secretário de Segurança, Roberto Sá, que assumiu o cargo neste ano.



MARCELO PREST - 12/02/2017

PM vai até colega em crise durante a greve, em 2017

O secretário ainda afirmou que há uma defasagem na quantidade de PMs que atuam no Estado – de 2014 para 2018, segundo Roberto Sá, o efetivo da PM caiu de 10 mil para cerca de oito mil militares.

Como um terço da tropa responde a processos administrativos, abertos por participação no movimento grevista, o secretário pontuou ainda que, se

não tiver anistia, a redução no efetivo seria ainda maior. “Isso em termos de administração de uma polícia que precisa ser efetiva e precisa estar motivada, caçando criminosos para tirar do convívio da sociedade, seria um transtorno”, destacou.

CORREGEDORIA

Ao longo da entrevista coletiva para explicar o pro-

cesso de lei da anistia ontem, no Palácio Anchieta, em Vitória, o governador Renato Casagrande chegou a dizer que, sem a anistia, a Corregedoria da Polícia Militar “não teria tempo para cuidar de mais nada” de tantos processos relacionados à paralisação que o órgão teria para analisar.

“(Sem anistiar) a gente vai continuar com uma dificuldade muito grande para fazer o processamento de todas essas informações porque o volume é muito maior que a nossa capacidade de operação. A Corregedoria foi reforçada nos últimos dois anos, mas, mesmo assim, cada inquérito gerava às vezes 300 outros processos”, complementou corregedor da Polícia Militar do Espírito Santo, coronel Haroldo Magalhães Picalo Júnior.

Segundo o corregedor, a maioria absoluta das transgressões que serão anistiadas é por desobediência. “São os casos em que o PM não respondeu às determinações dos seus superiores, da Polícia Militar, para o seu retorno ao policiamento. Isso é pelo menos 90% de tudo que está sendo apurado”, explicou.

OS EXPULSOS DA PM BENEFICIADOS

VEJA QUANTO RECEBERÃO DE RETROATIVO CADA UM DOS POLICIAIS

Soldado Rodolfo Urias S. Cunha Hackbarth: R\$ 49.443,15

Soldado Maicon de Araújo Fabres: R\$ 49.443,15

Soldado Wagner de Souza Santos: R\$ 49.443,15

Soldado Diego de Lima Rodrigues: R\$ 49.443,15

Soldado Charles Campos Schneider: R\$ 49.443,15

Soldado Lucas Lana Vaz: R\$ 49.443,15

Soldado Wagner Rodrigues Batista: R\$ 49.443,15

Soldado Maxon Luiz da Conceição: R\$ 49.443,15

Soldado Vinícius Costa Loureiro: R\$ 26.172,05

Soldado Wenderson Gonçalves: R\$ 26.172,05

Soldado Wolney da Silva Teixeira: R\$ 26.172,05

Soldado Washington Ribeiro Araújo: R\$ 26.172,05

Soldado Werick Ramos Mendes: R\$ 26.172,05

Soldado Jean Vítor dos Santos Azeredo: R\$ 26.172,05

Soldado Nero Walker da Silva: R\$ 26.172,05

Soldado Jéssica Lage Souza Bittencourt: R\$ 22.801,90

Soldado Filype Erick da Silva: R\$ 22.801,90

Soldado Vítor Hugo Pereira de Souza: R\$ 22.801,90

Soldado Patrick Valverde Teixeira: R\$ 22.801,90

Soldado Eric Oliveira de Carvalho: R\$ 22.801,90

Soldado Rosângela Pereira de Melo: R\$ 22.801,90

3º Sargento Micheli Ferri: R\$ 68.915,63

Cabo Danilo Pesca: R\$ 54.672,17

CRÍTICA

“Pode incentivar a insubordinação”

Henrique Herkenhoff Ex-secretário de Segurança

Ex-secretário estadual de Segurança Pública, Henrique Herkenhoff, que esteve à frente da pasta durante dois anos do primeiro mandato de Casagrande, criticou a anistia que pode ser dada aos policiais grevistas, caso o projeto de lei seja aprovado na Assembleia Legislativa. Herkenhoff, que é professor de mestrado em Segurança Pública, diz que uma anistia genérica pode incentivar a insubordinação dentro da PM. **Qual a sua opinião sobre a anistia geral?** A gente não sabe o que

cada um fez e está sendo acusado individualmente. Uma anistia geral pode isentar alguém que tenha tido um comportamento completamente fora da medida dos outros. Deveria excluir certos casos. Você teria que olhar o que está sendo imputado a cada um. Uma anistia para quem tenha cometido faltas mais graves do que simples paralisação pode ser questionada. **O que seriam faltas graves nesse contexto da paralisação?** Uma coisa é você discutir a paralisação simplesmente,



CHICO GUEDES - ARQUIVO

simples participação no movimento. Mas ali dentro você pode ter agressões, ameaças e outros tipos de comportamento que não sejam a simples participação coletiva na paralisação. **Seria melhor então analisar caso a caso?** A anistia a rigor, geralmente, é feita caso a caso, individualmente. **Quais os riscos de uma anistia geral?**

Quando você faz uma anistia genérica, você corre o risco de acabar fazendo uma injustiça e incentivar comportamento de insubordinação como se fosse uma coisa banal, o que dentro da cultura militar é particularmente mais grave. A Polícia Militar se baseia muito na hierarquia e disciplina. Ela pode perder um de seus pilares se não houver dosagem adequada.

| ANISTIA PARA 2.622 PMS |

“MEU FILHO FICOU 45 MINUTOS NO CHÃO”

Mãe desabafa sobre morte de filho de 14 anos durante a greve

▲ NATALIA BOURGUIGNON
nbourguignon@redgazeta.com.br

“Se não tivesse havido a greve, não teríamos tantas mortes naquela época.” O desabafo é da doméstica Sirleide Dias da Silva. Ela perdeu o filho, Fábio Dias, na época com 14 anos, durante a paralisação da Polícia Militar do Estado. Ele e mais três amigos, com uma arma de brinquedo, tentaram assaltar passageiros de um ônibus do Transcol, mas foram espancados pela população. Fábio morreu com traumatismo craniano.

Ao todo, 219 pessoas perderam a vida durante os 22 dias de greve. “Por mais que ele tenha feito o que fez, meu filho é um ser humano. Ele ficou 45 minutos no chão até alguém aparecer para socorrer”, afirma a mãe.

A dor da lembrança segue presente na vida de Sirleide. Ela conta que estava na igreja quando soube que o filho estava machucado. Desde então, se consola na espiritualidade. “Eu coloquei nas mãos de Deus, porque não há mão melhor.”

INOCENTE

Sirleide acredita que é necessário alguma punição para os envolvidos na greve. “É injusto dar anistia. Tinha que ter alguma coisa, uma suspensão, sei lá. Mas isso nunca vai



RICARDO MEDEIROS

Sirleide da Silva disse que não recebeu retorno da polícia sobre a morte de seu filho, Fábio, durante a greve da PM

acontecer no nosso Estado”, diz.

Sirleide lamenta que, além dela, outras tantas mães tenham perdido seus filhos durante a greve da PM. “Morreu muita gente inocente, que não tinha nada a ver com nada.”

É o caso de um chapeiro de 39 anos, morador de Vitória, que também perdeu o filho durante a greve. Ele não quis se identificar. Segundo o pai, o menino nunca teve envolvimento com o crime. “Meu filho era trabalhador, estava de férias e morreu no último dia antes de voltar ao trabalho. No dia seguinte, em vez de ir trabalhar, ele foi enterrado”, lembra.

O chapeiro acredita que o perdão administrativo aos policiais que participaram da greve desrespeita as famílias que perderam seus entes.

“Meu neto perdeu o pai. E agora? O novo governador deveria olhar com mais carinho pra gente. Dá uma tristeza muito grande no coração.” Apesar dos conselhos que recebe, ele conta que, por conta dos altos custos, não pretende processar o Estado. “O dinheiro que gastaria com advogado, eu vou gastar com o meu neto.”

Nem Sirleide nem o chapeiro receberam retorno da polícia a respeito dos responsáveis pelas mortes de seus filhos.

CENAS DA GREVE DA PARALISAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR



População protesta em frente ao Quartel da PM



Exército atua durante protesto em Maruípe, Vitória



Corpo de vítima chega ao DML em fevereiro de 2017



“Tem que perdoar sim. Os policiais sobem os morros com armas menores do que as dos bandidos. Muitos têm que ter outros empregos para sustentar a família”

ADRIANA DOS SANTOS
MANICURE, 46 ANOS



O empresário Rafael Mello de Miranda mostra foto de como ficou sua loja de roupas após ser saqueada durante a greve dos PMs



“Tem que haver punição porque eles deixaram a população refém. Punir seria justo, afinal, quando nós burlamos a lei, temos que sofrer as consequências. Por que seria diferente com eles?”

THAUAN ANDRADE
UNIVERSITÁRIO, 18 ANOS

| ANISTIA PARA 2.622 PMS |

Prejuízo de R\$ 300 milhões em ataques ao comércio

Valor não inclui as depredações e os saques ocorridos em mais de 300 lojas

▲ NATALIA BOURGUIGNON
nbourguignon@redgazeta.com.br

Além das centenas de mortes, a greve da Polícia Militar, em fevereiro de 2017, deixou um rastro de prejuízos na economia do Espírito Santo. A cena era de guerra urbana: carros invadindo lojas, portões arrombados, vitrines quebradas e saques por todo lado. Teve até gente comum que se aproveitou das lojas desprotegidas para levar produtos. Algumas delas, com medo da punição, devolveram as mercadorias dias depois. Segundo estimativa fei-

ta pela Federação do Comércio e Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo (Fecomércio-ES) no início do ano, o prejuízo para o comércio, que ficou fechado durante boa parte do período da greve, foi de cerca de R\$ 300 milhões.

O valor não inclui as depredações e os assaltos. Pelo menos 300 lojas foram saqueadas e depredadas, e o prejuízo calculado nesses casos gira em torno de R\$ 30 milhões. Só na Capital, 200 estabelecimentos sofreram ataques. As lojas mais visadas foram as que vendiam eletrodomésticos, joias e roupas.

Uma das vítimas foi o empresário Rafael Mello de Miranda, sócio de uma loja

de roupas na Praia do Canto, em Vitória. Ele lembra que no dia 4 de fevereiro quatro homens quebraram a porta de vidro e saquearam a loja. Apesar de a ação ter durado cerca de 15 minutos, o empresário conta que os bandidos conseguiram levar 80% do estoque. “Calculamos um prejuízo de R\$ 50 mil só no ato do assalto. Além disso, após o fim da greve, ainda ficamos fechados por um mês para reformas e pagando segurança particular durante dois meses”, diz.

Para o empresário, as ações dos militares que participaram da greve precisariam de alguma punição. “Toda ação na vida tem consequências. Tem

que ter consequência para as ações deles. Afinal nós sofremos consequências com a greve”, concluiu.

Rafael lamentou que teve que passar por esse transtorno justamente na época do ano em que mais fatura. “Esse tipo de atitude (greve) não pensa no coletivo, só na classe. Olho como um tipo de egoísmo a paralisação de uma classe que prejudica os outros.”

Com base na pesquisa mensal do comércio do IBGE, foi registrado no mês de fevereiro de 2017 uma perda de 21% no volume de vendas. E nos meses de março e abril continuou caindo: 5% e 6% respectivamente. Essa comparação é com base nos meses do ano anterior.

R\$ 50 MIL

Valor estimado do prejuízo de apenas uma loja de roupas na Praia do Canto, em 4 de fevereiro de 2018.

200 LOJAS

É o número de estabelecimentos que sofreram ataques por bandidos em Vitória.

219 MORTOS

É o número de pessoas que perderam a vida durante a greve da PM.



MARCELO PREST - 25/07/2017

Túmulos de vítimas da greve em cemitério da Serra



FERNANDO MADEIRA - 06/02/2017

Loja de eletrodomésticos foi saqueada, em Vitória



MARCELO PREST - 04/02/2017

Arrombamento em loja do Centro de Vila Velha

VITOR VOGAS

PRAÇA OITO

VVOGAS@REDEGAZETA.COM.BR TEL: 3321-8319

LEIA.AG/VITORVOGAS

Anistia: os riscos e as razões de Casagrande

Greve, que greve? No texto encaminhado ontem à imprensa e publicado em seu site oficial, o governo Casagrande preferiu um eufemismo. Não se fala mais em paralisação da PMES, nem mesmo em "movimento reivindicatório". O novo governo agora trata o evento que marcou o sangrento e traumático fevereiro de 2017 como um "movimento reivindicatório". Sim, foi um movimento reivindicatório no propósito: o de cobrar do governo melhores condições de trabalho. No método de reivindicação, foi um movimento grevista.

Nenhuma palavra é escolhida em vão nem de modo fortuito. Cada escolha é preñe de sentido e sempre visa a produzir determinado efeito. No caso, o efeito almejado é político e, digamos, diplomático. Não chamar a greve pelo verdadeiro nome denota o objetivo maior de Casagrande com o polémico projeto que concede anistia aos 2.622 policiais militares que respondem a procedimentos administrativos relacionados ao dito "movimento": ao garantir o perdão geral a todos os envolvidos na greve, o que busca Casagrande é iniciar o governo "bem" com toda a Polícia Militar.

Até dá para entender os motivos do governador. Em sua volta ao Palácio Anchieta, quer assumir o governo zerando o jogo, começando sobre novas bases e trazendo para o seu lado as tropas, das quais sabe que vai precisar para ter qualquer chance de êxito na problemática área de segurança pública (alô, Moscoso e Piedade!). Dentro da corporação, com



certeza, o projeto é muito bem-vindo, e Casagrande ganhará crédito com ele junto aos policiais. De quebra, atrai para seu lado um público suscetível à influência bolsionista e propenso a marchar no rastro de Carlos Manato (PSL).

Diga-se de passagem, o deputado é visto com preocupação até por colaboradores de Casagrande lotados no primeiro escalão, como potencial adversário capaz de inaugurar e liderar um movimento de oposição ao atual governo, via redes sociais. Manato circula bem junto às forças de segurança e seu PSL fez a maior bancada na Assembleia, com votos dos efetivos policiais e representantes deles eleitos para a próxima legislatura. O alerta está ligado no governo.

Não por acaso, Casagrande fez questão de tomar a iniciativa, como evidencia o momento em que a anistia é apresentada. A pedido do governo, ela será votada e aprovada hoje pela Assembleia, às pressas e em sessão extraordinária convocada pelo governador. No Congresso, projeto de anistia criminal aos PMs capixabas foi aprovado em dezembro na Câmara, tendo o próprio Manato como coautor, e só aguarda ratificação no Senado. Se aprovado pela Casa revisora, o projeto tam-

bém anularia as punições aos policiais do Espírito Santo na esfera administrativa. Já na Assembleia, o presidente da Comissão de Segurança, Gilsinho Lopes (PR), informou-nos na última terça-feira que já tinha prontinho na gaveta um projeto seu com o mesmo escopo, mas foi convencido por Casagrande a segurá-lo para que a iniciativa pudesse partir do próprio governo. Casagrande, enfim, antecipou-se. Decidiu tomar para si a responsabilidade da anistia, com os ônus e ônus políticos decorrentes do projeto.

Sobre os ônus já falamos acima.

Quanto aos ônus, estão na reação de boa parte do resto da sociedade capixaba, que terá dificuldades em entender o porquê desse perdão coletivo e mais ainda as duas surpresas reservadas para ontem, quando a redação final do projeto foi enfim descortinada ao público: a reintegração às tropas dos 23 policiais que já foram expulsos como consequência de procedimentos administrativos já concluídos e o pagamento de R\$ 839 mil em retroativos para eles, às custas do erário (ou seja, com dinheiro do contribuinte capixaba). A primeira impressão é que a sociedade, que tanto já perdeu durante a greve (perdas mate-

riais e humanas), agora terá que pagar em dobro, arcando com esses retroativos.

Durante toda a campanha e após a vitória eleitoral, Casagrande tem se arrogado capacidade de diálogo, virtude autodeclarada por ele a cada entrevista e pronunciamento. Verdade seja dita: no meio político capixaba, ele realmente é reconhecido como um líder bom de diálogo e superior nesse aspecto ao seu antecessor no cargo, especialmente com servidores e movimentos sociais. Mas, no que se refere à anistia, essa virtude não ficou patente. Na plataforma de Casagrande, a ideia não apareceu de modo transparente – ou melhor, não apareceu.

A verdade sobre o projeto da anistia foi sendo ministrada em doses homeopáticas – podemos deduzir, por cálculo político, a fim de não assustar a opinião pública e de adiar para só depois da posse os questionamentos e reações contrárias que presumivelmente viriam (como estão vindo agora). Primeiro, na convenção do PSB (4 de agosto), Casagrande pela primeira vez falou em reanalisar os processos, "caso a caso". Depois, ao anunciar o coronel Barreto como novo comandante-geral (22 de novembro), lançou em público a ideia da anistia, a qual no entanto não se estenderia aos policiais já expulsos da tropa. Agora, até esses serão beneficiados.

Por isso, essa capacidade de diálogo de Casagrande passará agora por um belo teste: ele precisará usá-la bem para convencer a sociedade capixaba de que a anistia vem mesmo para o bem de todos. "A medida visa fechar a ferida aberta desde o movimento", argumentou ele ontem. Por enquanto, há sérias dúvidas.

O primeiro ponto é saber se esse projeto vai mesmo fechar as feridas no corpo da PMES. O segundo é que dificilmente vai fechar outras feridas: as dos civis que sofreram com a greve. O terceiro é que a anistia pode incentivar a abertura de novas feridas no futuro, igualmente difíceis de cicatrizar.

Erros e erros

Ao justificar a anistia ontem, Casagrande voltou a dizer que houve erros dos dois lados, não só dos policiais, mas também do governo Paulo Hartung. Já usara esse argumento ao expor pela primeira vez a ideia da anistia, em novembro. A "culpa compartilhada" também é o argumento usado por aliados de Casagrande com quem conversamos recentemente e que apoiam a anistia, como Sergio Majeski (PSB), Iriny Lopes (PT), Josias da Vitória (PPS) e Gilsinho Lopes (PR).

Para Casagrande, o governo do seu antecessor cometeu erros antes da greve (condições precárias de trabalho e falta de diálogo com a categoria), durante o movimento (condução das negociações) e depois do retorno das tropas às ruas (o governo passado, afirmou ontem Casagrande, teria continuado "pisando no calo dos policiais").

Sim, é preciso conceder: houve mesmo erros dos dois lados. Sim, os policiais estavam trabalhando em condições ruins; faltavam equipamentos, coletes e



ENSINAMENTO

Em "O Príncipe" (1513), Nicolau Maquiavel ensina aos governantes a importância de ser estimado por seus soldados: "Um príncipe que de milícias não entenda, além de outras infelicidades, não pode ser estimado por seus soldados, nem lhes depositar confiança". "Milícias", claro, não é usado na acepção contemporânea e brasileira de facções paramilitares que atuam de modo criminoso. Eram os exércitos da época mesmo. Dizem que Hartung "engoliu" Maquiavel. Será que Casagrande também?

até combustível nas viaturas. Sim, o salário da PMES é um dos piores do Brasil. Tudo isso foi devidamente ponderado, inclusive neste espaço, à época dos fatos. Ninguém jamais poderá recusar aos PMs a legitimidade de suas reivindicações.

O problema não foi o mérito, mas o método escolhido por eles para fazê-las. Além de equivocado, foi ilegal e puniu a população inocente pelo pleito de uma

categoria. Não foi justo nem correto. "Os policiais estavam reivindicando direitos", disse à coluna Gilsinho Lopes. Perfeito. O problema é que, para cobrar tais direitos, faltaram com seu dever e valerem-se de um direito que lhes é negado pela Constituição. Todo aspirante a soldado aprende, já no curso de formação, que não pode fazer greve. Agora, com a anistia, qual é a nova lição dada?

Flashback orçamentário

Na última segunda, a Assembleia aprovou a nova proposta orçamentária para 2019, enviada por Casagrande, com a estimativa de receita rebaixada de R\$ 18,2 bilhões para R\$ 17,7 bilhões. Em 2015, ao assumir o governo, Paulo Hartung também rebaixou a projeção de receita para aquele ano, de R\$ 17,2 bilhões para R\$ 16 bilhões.

Aí não teve erro

Ainda não é possível saber se o novo cálculo feito pela equipe de Casagrande está correto e se foi realmente necessário. Só o saberemos no fim do ano, com o Orçamento de 2019 executado. Quanto à revisão feita por Hartung, provou-se acertada e necessária. A receita arrecadada pelo governo ao longo de 2015 praticamente coincidiu com aqueles R\$ 16 bilhões previstos no Orçamento de PH. Isso é muito raro na administração pública, visto que a execução do Orçamento está sujeita a muitas variáveis.

| ANISTIA PARA 2.622 PMS |

ASSEMBLEIA VAI APROVAR O PROJETO



CARLOS ALBERTO SILVA

Assunção e Quintino cumprimentam o presidente da Assembleia, Erick Musso

Tendência é que proposta seja aprovada hoje por unanimidade

MAÍRA MENDONÇA
JOSÉ CARLOS SCHAEFFER

Antes mesmo de ter início, a votação do projeto que concede anistia aos policiais militares envolvidos na greve de 2017 já tem resultado praticamente certo: a aprovação por unanimidade.

A proposição do governador Renato Casagrande (PSB) recebe amplo apoio tanto dos deputados da atual quanto da próxima legislatura. O consenso é de que o fim das investiga-

ções e punições em nível administrativo será fundamental para alavancar a qualidade da segurança pública no Estado.

A necessidade de “virar a página” repetida por Casagrande desde a campanha é também um dos principais argumentos dos parlamentares favoráveis ao projeto.

O socialista Freitas (PSB) destacou que se trata da correção de um erro. “O governo precisava, em algum tempo, reconhecer e

corrigir o erro. O erro foi falta de diálogo, de habilidade para lidar com o processo”.

Sergio Majeski (PSB) defende a iniciativa do governo de apresentar o projeto nesta legislatura ao invés de aguardar a posse dos eleitos. “Vimos o que aconteceu no Moscoso e na Piedade. O Estado inteiro está nessa situação. Cada minuto faz a diferença em função da gravidade enorme da violência.”

Já Euclério Sampaio (DC) afirma que conversou

com o governador antes da apresentação da matéria. “Fui favorável a votar logo. Assim já entramos em uma nova legislatura com tudo pacificado”, argumentou.

NOVATOS

A votação da anistia dias antes dos novos deputados eleitos chegarem à Assembleia não gerou discordâncias. A maioria do grupo de novatos não só apoia a iniciativa, como parte de seus representantes esteve on-

tem na Casa durante a leitura do projeto. Entre eles estavam coronel Alexandre Quintino e Capitão Assunção, ambos do PSL.

“Todo mundo sabe que nossa produtividade estava neutralizada, policiais atormentados porque toda semana eram mais processos. Eu enalteço a atitude do governador”, disse Assunção.

Do mesmo modo, Alexandre Xaminho (Rede) argumenta: “Precisamos ter uma polícia militar motiva-

da nas ruas para garantir a segurança dos capixabas”.

Para Luciano Paiva (PV) votar o projeto agora evitará “constrangimentos”, já que alguns deputados eleitos têm relação direta com a classe militar (a exemplo de Assunção e Quintino). “Outro ponto é que como a greve ocorreu nessa legislatura, essa é uma forma de os deputados desse mandato mostrarem que estão do lado dos trabalhadores da segurança pública”, disse.

| ANISTIA PARA 2.622 PMS |

EX-SECRETÁRIO: PROJETO É “DESTRUTIVO PARA A PM”

Nylton Rodrigues disse que anistia geral não separa “joio do trigo”

▲ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Um projeto “lamentável e destrutivo para a Polícia Militar”. A avaliação é do ex-secretário de Segurança Pública, o coronel Nylton Rodrigues, que também comandou a corporação durante a greve dos policiais, em fevereiro de 2017. A análise foi feita logo após o governador Renato Casagrande enviar para a Assembleia Legislativa projeto de lei anistando os militares que participaram da paralisação, beneficiando até os 23 que foram expulsos.

“O projeto é um desserviço e uma péssima mensagem para o Espírito Santo e para o Brasil”, assinala. De acordo com o coronel Nylton, “propor uma anistia geral, sem separar o joio do trigo, é lamentável e destrutivo para a Polícia Militar, porque rasga e joga ao chão a nossa Constituição – que proíbe a participação dos militares em greve –, o nosso regulamento, os nossos valores e princípios. Nossos pilares, que sustentaram a PM por 183 anos, e que agora sofrerão um duro golpe, que pode fazê-los



Coronel Nylton Rodrigues comandou a Polícia Militar durante a greve, em fevereiro de 2017

ruir de uma vez por todas”, assinala.

Ele relata que a hierarquia e a disciplina são os pilares que sustentam a Polícia Militar e que durante a greve de fevereiro de 2017 houve a total ruptura deles.

“Atos de insubordinações – transgressões gravíssimas – e ofensas foram registrados. É uma página para ser arrancada e não virada da história da PM, mas devemos guardar todos os aprendizados desta época terrível”, acrescenta.

Outro ponto por ele destacado diz respeito à população. “Ela espera sempre que os policiais deem o exemplo. E o exemplo começa a partir do momento quando se analisa caso a caso e se separa o bom do mau profissional”, disse, desta-

cando que fala em defesa da Corporação. “Amo a minha Polícia Militar e sempre a amarei, e por isso falo em defesa dela. E digo que 95% dos seus integrantes são bons profissionais, homens e mulheres íntegros e sérios”, finalizou.

“O exemplo começa a partir do momento quando se analisa caso a caso e se separa o bom do mau profissional”

CORONEL NYLTON RODRIGUES
EX-SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

NÃO FALARAM

ENTIDADES SE CALAM

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), a Defensoria Pública do Estado e a Federação do Comércio e Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo (Fecomércio-ES) não se pronunciaram sobre o projeto de anistia. A Transparência Capixaba se limitou a dizer que se trata de decisão política e que espera que o processo seja transparente.

Crítica de coronel é “lamentável”, diz Duboc

▲ O secretário de Planejamento do Estado, Álvaro Duboc, afirmou que o posicionamento público do ex-secretário de Segurança Pública coronel Nylton Rodrigues é um contrassenso. Duboc ainda avaliou a manifestação de Nylton como “lamentável”.

O secretário destacou a “incoerência” de questionar a anistia e rebatê-la de forma parecida à escolhida pelos policiais militares durante a greve.

“Muitos policiais estão respondendo a processos administrativos porque tiveram a mesma atuação do coronel, de criticar publica-

“Policiais estão respondendo a processos porque tiveram a mesma atuação do coronel (Nylton), de criticar o governo”

ÁLVARO DUBOC
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO

mente o governo e o comando da Polícia Militar. É incoerente, porque muitos processos foram abertos por esse tipo de conduta”, opinou Duboc.



Álvaro Duboc faz parte do secretariado de Casagrande

Duboc afirmou que a anistia não é uma forma de colocar panos quentes na atitude dos policiais

militares, mas de trazer de volta a motivação para o trabalho desenvolvido pela corporação.

“Para encerrar esse ciclo, precisamos esquecer o que ficou para trás e reconstruir as pontes. É uma forma de trazer o coração do policial para dentro do quartel outra vez”, disse.

O secretário ainda reforçou que todas as partes envolvidas na greve precisam ser consideradas. “O que o governo tem falado não é que apoia a atitude dos grevistas, mas se eles erraram, é preciso entender que o governo (a gestão passada, de Paulo Hartung) também teve uma parcela de culpa. Cometeram erros de avaliação, estratégia e condução”, afirmou.

O secretário pontuou que os reflexos do pós-greve na corporação são sentidos até hoje. “Temos hoje um quadro de desestímulo na Polícia Militar. É uma polícia doente, com muitos policiais afastados por quadros de depressão e um número elevado de militares atendo contra as próprias vidas”, pontuou Duboc.

Para o secretário, a forma como a greve foi tratada pelo antigo governo, e como as negociações foram encerradas, sem oferecer de fato uma solução e uma alternativa, foram os pontos mais prejudiciais para a Polícia Militar. (Bianca Vaillant)

GREVE DA PM

Projeto de Casagrande vai dar anistia a 2.622 policiais

Serão beneficiados militares expulsos ou que respondem a processos administrativos por conta da paralisação

Kleber Amorim

Com frases do tipo a "tropa está doente" e "queremos fechar essa ferida na área da Segurança Pública", o governador Renato Casagrande (PSB) apresentou ontem à imprensa o projeto de anistia (perdão) que pretende conceder a 2.622 policiais militares que participaram da paralisação da PM, que ocorreu de 4 a 25 de fevereiro de 2017.

O projeto, enviado ontem à Assembleia Legislativa, será votado hoje, às 9 horas, em sessão extraordinária. Se aprovado pelos deputados e sancionado pelo governador, dará aos militares até 30 dias para pleitearem a anistia, incluindo os 23 que foram expulsos.

Casagrande avalia que a greve foi motivada por uma soma de erros dos dois lados, polícia e governo, criticando a condução dada à época pelo então governador Paulo Hartung (sem partido). "O governo não se antecipou e nem dialogou", disse. "É preciso fechar essa ferida. O capixaba tem pressa



CASAGRANDE e a cúpula da Segurança detalham o projeto antes de enviar a proposta à Assembleia Legislativa

para que a polícia possa estar motivada." Com um saldo de 224 mortos no período, além de roubos e arrombamentos, o problema refletiu também na corporação.

Foram 57 policiais que tentaram suicídio nos últimos dois anos. Oito se suicidaram e 500 estão em licença médica. O secretário da Segurança, Roberto Sá, disse que o número de policiais envolvidos na paralisação equivale a um terço da tropa hoje. Porém, não informou

quantos policiais estariam afastados e poderiam voltar ao trabalho após a anistia. Parte deles está realizando serviços administrativos.

O diretor-geral da Polícia Civil, Darcy Arruda, disse que foram registrados 224 homicídios. Do total, 141 casos - inquéritos policiais - foram concluídos com autoria conhecida e enviados à Justiça. "Esse número representa 62,95%", disse Darcy, destacando que não houve participação de PMs nos casos.

Estado gastará R\$ 839 mil com retroativo de expulsos

Com a anistia de 23 policiais militares que foram expulsos da corporação por conta de participação na paralisação da PM, em fevereiro de 2017, a estimativa é que o Estado pague R\$ 839.148,80 com o retroativo para eles como salário (subsídio), férias, 13º e auxílios-alimentação e fardamento.

Uma 3ª sargento, cujo subsídio é em média de R\$ 4.775,95, receberá o maior valor retroativo entre todos: R\$ 68.915,63.

Um cabo receberá o segundo maior retroativo, de R\$ 54.672,17. Policiais dessa graduação recebem em média R\$ 3.707,69.

Como 21 dos 23 expulsos são soldados, os valores retroativos variam de R\$ 22.801,90 a R\$ 49.443,15. Um soldado recebe, em média, R\$ 2.833,99.

Para o exercício de 2019, os militares reintegrados gerarão um custo aos cofres do Estado de R\$ 1.027.067,30, levando em consideração os mesmos benefícios citados.



PROTESTO em frente ao quartel

OS EXPULSOS

Policiais que, se readmitidos, vão receber retroativo:

3º SARGENTO

NOME	VALOR
Micheli Ferri	R\$ 68.915,63

CABO

NOME	VALOR
Daniilo Pesca	R\$ 54.672,17

SOLDADO

NOME	VALOR
Rodolfo Urias	R\$ 49.443,15
Maicon de Araújo	R\$ 49.443,15
Vagner de Souza	R\$ 49.443,15
Diego de Lima	R\$ 49.443,15
Charles Schneider	R\$ 49.443,15
Lucas Lana Vaz	R\$ 49.443,15
Wagner Rodrigues	R\$ 49.443,15
Maxson Luiz da Conceição	R\$ 49.443,15
Vinicius Costa Loureiro	R\$ 26.172,05
Wenderson Gonçalves da Silva	R\$ 26.172,05
Wolney da Silva Teixeira	R\$ 26.172,05
Washington Ribeiro Araújo	R\$ 26.172,05
Werrick Ramos Mendes	R\$ 26.172,05
Jean Vitor dos Santos	R\$ 26.172,05
Nero Walker da Silva	R\$ 26.172,05
Jéssica Lage Souza	R\$ 22.801,90
Flype Erick da Silva	R\$ 22.801,90
Vitor Hugo Pereira	R\$ 22.801,90
Patrick Valverde	R\$ 22.801,90
Eric Oliveira de Carvalho	R\$ 22.801,90
Rosângela Pereira	R\$ 22.801,90
Total	R\$ 839.148,80

FONTE: GOVERNO DO ESTADO.

ENTENDA O CASO

Projeto de anistia

- O GOVERNADOR Renato Casagrande (PSB) enviou ontem para a Assembleia um Projeto de Lei Complementar (PLC) que concede anistia a 2.622 policiais militares que participaram da greve em fevereiro de 2017 e respondem administrativamente.
- A PROPOSTA foi lida ontem mesmo na Casa e será votada hoje, às 9 horas, em regime de urgência.
- CASO O PROJETO seja aprovado e depois sancionado pelo governador, os militares envolvidos terão até 30 dias para pleitear a anistia.

Procedimentos administrativos

- CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO (CJ) ➤ PROCESSOS ABERTOS contra oficiais (de segundo-tenente a coronel). Nessa situação, a pena máxima é a demissão, que deixa de ser prerrogativa do governador do Estado e passa a ser homologada pelo Tribunal de Justiça. Esses casos não são contemplados pela anistia estadual.

- CONSELHO DE DISCIPLINA (CD) ➤ PROCESSOS INSTAURADOS contra policiais praças (de soldado a subte-

nente) com mais de 10 anos de trabalho. A punição pode chegar à exclusão da corporação. Nesses casos, o militar é julgado por uma triade de oficiais. O poder de demissão é do comandante-geral da corporação.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RITO ORDINÁRIO (PAD-RO)

- APLICADO A POLICIAIS com menos de 10 anos de atuação. A pena pode chegar à expulsão da corporação. Diferente do Conselho, os policiais são julgados por um encarregado, que geralmente é um oficial também, nomeado por um comandante.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE RITO SUMÁRIO (PAD-RS)

- PARA POLICIAIS com menos de 10 anos de atuação. Com penas mais brandas, sem expulsão, mas que podem chegar à prisão de 20 dias.

TRÂMITE

- OS PADS, O CJE E O CD são processos internos, que passam pela Corregedoria da PM, e avaliam as condutas dos militares, respaldados pelo Regulamento Disciplinar dos Militares Estaduais (RDME). São casos de transgressões disciplinares,

em sua maioria, de desobediência.

- APÓS AS INVESTIGAÇÕES, o PM será considerado inocente ou culpado. Os PMs que respondem a Conselho de Disciplina ou a algum PAD serão beneficiados pela anistia estadual.

Ação Penal Militar

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR (IPM)

- SÃO CASOS em que os policiais são investigados por crimes militares, como os de motim ou revolta, e que podem resultar em perda da farda e prisão por até 20 anos. Hoje, há 1.252 policiais militares respondendo a processos penais, número que pode aumentar e chegar a 1,5 mil.

TRÂMITE

- A CORREGEDORIA DA PM produz relatório, informando se há ou não indícios de crime militar. Depois, envia ao Ministério Público Militar para que o órgão avalie se há elementos para oferecimento da denúncia.
- CABE AO JUIZ avaliar se transformará o processo em ação penal militar. Esses processos são de competência da Vara da Auditoria Militar e os casos não entram no projeto de anistia estadual.

OS NUMEROS

23 PMs
EXPULSOS PODEM VOLTAR

2.622 POLICIAIS MILITARES DEVERÃO SER ANISTIADOS. O número corresponde a quase um terço da tropa hoje, segundo o secretário da Segurança, Roberto Sá.

AFASTAMENTOS

500 PMS foram afastados por questão de saúde, o que representa 10% do efetivo da Grande Vitória, segundo a Corregedoria da PMES.

SUICÍDIO

57 PMS tentaram suicídio nos últimos dois anos.

8 PMS se suicidaram.

GREVE

DURAÇÃO

22 DIAS
De 4 a 25 de fevereiro de 2017

219 PESSOAS FORAM MORTAS na greve da PM

224 INQUÉRITOS foram instaurados para apuração de mortes violentas

141 INQUÉRITOS FORAM FINALIZADOS e com autores presos

83 INQUÉRITOS ESTÃO EM ANDAMENTO, sendo **60** na Grande Vitória.

Fonates: Associações de policiais militares, governo do Estado e pesquisa AT.



DEPUTADOS ESTADUAIS aprovaram o regime de urgência, e o projeto do governo vai ser votado ainda hoje

GREVE DA PM

Deputados devem aprovar proposta por unanimidade

Brunella França

O projeto de Lei Complementar (PLC) que anistia policiais militares que estejam respondendo a processos administrativos junto à corporação em decorrência da greve ocorrida em fevereiro de 2017, ou que já foram expulsos, deverá passar com tranquilidade na Assembleia Legislativa.

A Casa de Leis recebeu ontem a proposta, que foi lida em plenário e teve o regime de urgência aprovado por unanimidade. Isso possibilita a votação já na sessão convocada para hoje, às 9h.

Segundo os deputados, a anistia dos PMs é defendida no parlamento como uma forma de “virar uma página ruim” na história recente do Estado e de “fechar uma ferida aberta” na corporação.

A expectativa é de que o projeto seja aprovado por unanimidade e sem emendas, da forma que foi en-

viado pelo governador Renato Casagrande (PSB).

“Houve uma rainha muito grande do governo à época que poderia ter evitado que o movimento acontecesse. Nós precisamos virar essa página, é um projeto de anistia indiscriminada. Estamos fechando uma ferida que continua aberta na Polícia Militar do Estado”, disse o deputado Sérgio Majeski (PSB).

Presidente da Comissão de Segurança da Assembleia, Gilson Lopes (PR) disse que a relatoria da matéria caberá ao deputado Eulclério Sampaio (DC).

Na avaliação do parlamentar, o projeto contempla o pleito das associações de policiais militares e não deverá sofrer emendas por parte dos deputados.

“O projeto já contempla o pleito da corporação, não há necessidade de emendas. Os policiais anistia-

Seguindo as regras da instituição, aqueles que estão fazendo curso de sargento poderão ter a promoção e aqueles que perderam a função numa atitude de perseguição estarão de volta”, destacou.

Com a urgência aprovada, as comissões de Segurança, Justiça e Finanças farão análise em conjunto do projeto, em reunião que ocorrerá no plenário da Assembleia, após o início da sessão.

O parecer conjunto, aprovado nas comissões, será apresentado oralmente para os demais deputados, em plenário. E, então, será aberta a votação da proposta.

Por se tratar de um projeto de lei complementar, a votação será nominal, seguindo o regimento. Para aprovação da anistia, é necessário o voto da maioria absoluta na Casa, ou seja, 16 deputados.

A expectativa do governo do Estado, segundo o secretário Davi Diniz, é de que o PLC seja aprovado.

Associações de militares comemoram o projeto

Representantes da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Espírito Santo (ACS) e Associação dos Bombeiros Militares do Estado (ABMES) comemoraram o projeto de anistia proposto pelo governador.

Jackson Eugênio Silote, presidente da ACS, e o subtenente Sérgio Assis, presidente da ABMES, participaram, na manhã de ontem, de reunião na Casa Civil com o secretário-chefe Davi Diniz, que apresentou o projeto a eles.

Os dois avaliam que injustiças foram corrigidas com a proposta.

“O projeto vem atender o nosso grito e demandas, estanca a sangria em relação a covardia do governo anterior”, disse Cabo Eugênio.

“O projeto atende a categoria. Vai reverter a situação dos militares punidos de forma indevida. Os policiais vão voltar às suas atividades normais”, disse o Subtenente Assis.

O deputado estadual eleito Capitão Assunção (PSL), que será empossado em fevereiro e é do partido do deputado federal Carlos Manato, adversário de Casagrande nas últimas eleições, também teceu elogios à proposta.

“O projeto contempla nossas expectativas. O governador conseguiu entender bem a cabeça do policial militar”, disse o capitão.

Segundo ele, “o mais importante dessa borracha que o governador está passando é fazer com que nossa polícia recobre o ânimo. A proposta atende 100% aos nossos policiais e bombeiros militares”, disse o parlamentar, que vai assumir em fevereiro.



CAPITÃO Assunção: expectativas

“Vão premiar a indisciplina”

O ex-secretário de Estado de segurança, coronel Nylton Rodrigues – que foi comandante da Polícia Militar durante a paralisação em fevereiro de 2017 – criticou a anistia proposta pelo governador Renato Casagrande (PSB) e enviou ontem à Assembleia.

“Não acredito que vão fechar feridas, como estão dizendo, premiando a indisciplina e a insubordinação. A hierarquia e disciplina são pilares que sustentam a Polícia Militar, e houve total ruptura deles durante fevereiro de 2017”, disparou o futuro secretário da Defesa Social da Serra.

Segundo ele, a hierarquia e disciplina são pilares que sustentam a Polícia Militar por 183 anos no Estado, mas que em fevereiro de 2017 houve uma ruptura.

“Ato de insubordinações e ofensas foram registrados. Uma página para ser arrancada da história, mas devemos guardar todos os aprendizados dessa época terrível. A população espera sempre que as polícias deem o exemplo. E o exemplo começa a partir do mo-

mento que se anistia caso a caso e se separa o bom do mau profissional”, disse.

O secretário chamou a anistia de “deseio para o Espírito Santo e o Brasil”.

“Amo e vou amar para sempre minha Polícia Militar, falo em defesa dela, e digo que 95% dos seus integrantes são bons profissionais, homens e mulheres íntegros e sérios. Agora, propor uma anistia geral sem separar o joio do trigo é lamentável e destrutivo, porque rasga e joga ao chão nossa Constituição Federal, o regulamento disciplinar da PM e nossos valores e princípios”, concluiu.

O ex-governador Paulo Hartung (sem partido), que segundo sua assessoria de imprensa faz viagem de férias ao exterior, não quis comentar o projeto do adversário político nem as críticas feitas por Renato Casagrande ao seu governo, o que teria, segundo o atual chefe do Executivo, conduzido mal as negociações com os policiais militares e não teria se antecipado ao ocorrido.

O QUE ELES DIZEM



AMARO NETO (PRB), deputado estadual

“É uma vitória dos policiais que estavam envolvidos. Dará tranquilidade a muitos desses policiais para trabalhar”



EULCLÉRIO SAMPAIO (DC), deputado estadual

“O Estado tem de virar essa página ruim da nossa história, essa página de perseguição aos policiais militares”



EUSTÁQUIO FREITAS (PSB), deputado estadual

“Este projeto é o reconhecimento do governo do Estado de que houve erro institucional com a PM e precisa ser corrigido”



GILSON LOPES (PR), deputado estadual

“Com a anistia, o governador está fazendo justiça, é isso. Encerrando uma perseguição. E vai estimular os policiais a trabalharem”



JOSIAS DA VITÓRIA (PPS), deputado estadual

“O projeto contempla o sentimento da tropa, que está ferida, alcançando também aqueles que foram expulsos”



RAFAEL FAVATTO (PATRI), deputado estadual

“Nós precisamos de uma polícia motivada, que vá às ruas para defender o cidadão. Se esse é o caminho, tem meu apoio”



CORONEL NYLTON disse que anistia geral é lamentável e destrutiva

| ASSASSINATO EM VITÓRIA |

Ameaças fizeram Camata ficar recolhido em casa, revela Rita

Reportagem teve acesso ao depoimento prestado pela viúva do ex-governador à polícia

▲ VINÍCIUS VALFRÉ
vperreira@redgazeta.com.br

Em depoimento à Polícia Civil, a ex-deputada federal Rita Camata (PSDB), esposa do ex-governador Gerson Camata (MDB), afirmou que o marido chegou a evitar sair de casa por um tempo por conta de ameaças feitas contra ele por Marcos Venício Moreira Andrade, assessor do político durante cerca de 20 anos.

Marcos Andrade, conhecido como Marquinhos, atirou em Gerson Camata no dia 26 de dezembro de 2018, na Praia do Canto, em Vitória. O disparo entrou pelo ombro esquerdo, transfixou o corpo e saiu pelo ombro direito.

A motivação do assassinato seria uma ação judicial para indenização por

danos morais movida por Camata contra o ex-funcionário. O processo resultou em um bloqueio de cerca de R\$ 60 mil nas contas de Marquinhos.

“Ele ficou recolhido em casa por algum período, em razão dessas ameaças e, quando saía, evitava frequentar os mesmos lugares, justamente para evitar um possível encontro com Marcos Venício. Acredito que Marcos Venício estava vigiando lugares, à procura de Gerson Camata, a fim de matá-lo”, disse a viúva.

DEPOIMENTO

O depoimento, ao qual a reportagem de A GAZETA teve acesso, não especifica o período em que Camata evitou a exposição. Rita Camata foi ouvida no dia 28 de dezembro, dois dias após o crime, pelo delegado Marcus Vinícius Rodrigues de Souza, na Delegacia Especial de Homicídio e Proteção à Pessoa, em Vitória.



Rita, ao lado da família, no enterro de Gerson Camata

A ex-deputada contou à polícia que chegaram a ela, por outras pessoas, algumas ameaças feitas ao marido por Marcos Andrade. Ela ci-

tou duas pessoas que teriam ouvido diretamente de Marcos as ameaças a Camata. Os depoimentos de ambos foram publicados por A

“Ele (Gerson) ficou recolhido em casa por algum período, em razão dessas ameaças e, quando saía, evitava frequentar os mesmos lugares, justamente para evitar um possível encontro com Marcos Venício”

RITA CAMATA (PSDB)
VIÚVA DE GERSON CAMATA

GAZETA. Um deles contou aos policiais ter levado as intimidações ao conhecimento do ex-governador, que minimizou todas elas.

Rita não soube dizer se o marido registrou ou não alguma ocorrência a respeito. Ela acredita que, mesmo na hipótese de ter sido ameaçado diretamente, o ex-governador

não levaria essa preocupação à família.

ARMA NA MÃO

Outro depoimento colhido pela Polícia Civil foi o do juiz Flávio Jabour Moulin, no dia 27 de dezembro. O magistrado disse aos policiais que passava de carro pela Praia do Canto quando ouviu um tiro. Ainda sem ter nenhuma ideia de que Gerson Camata havia sido o alvo do disparo, reduziu a velocidade do automóvel e viu um homem saindo com a arma na mão de trás de uma banca de revistas.

“Ele atravessou a rua e passou em frente ao meu carro. Estava andando calmamente e segurava em sua mão uma pistola cromada ou prateada. Vi o exato momento em que ele colocou a pistola no bolso da calça. Ele olhou para o carro, retirou a pistola do bolso e seguiu andando com a arma na mão”, contou o magistrado.

MARCELO PREST - 17/09/2018



Gerson Camata foi morto em dezembro

Institutos vão pagar pensão por morte à ex-deputada

▲ A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa publicou, ontem, no Diário Oficial, a concessão de pensão por morte do ex-governador Gerson Camata à ex-deputada federal Rita Camata (PSDB).

O benefício será pago

com data retroativa a 8 de janeiro. Deputado estadual no início da década de 1970, Gerson Camata recebia R\$ 7,2 mil de aposentadoria do extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais (IPDE), desconsiderando os descontos.

Segundo a Assembleia, a pensão de Rita corresponderá à metade desse valor, cerca de R\$ 3,6 mil.

Gerson Camata também recebia aposentadoria do Senado, pelo extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). O

benefício era integral, de R\$ 33,7 mil, brutos.

Conforme explicou o Senado Federal, o regime de aposentadoria e pensões dos senadores e ex-senadores é regido pela Lei 9.506, de 1997. Segundo o artigo 3º dessa lei,

“em caso de morte do segurado, seus dependentes perceberão pensão correspondente ao valor dos proventos de aposentadoria que o segurado recebia”.

Portanto, Rita Camata também deverá ter direito à pensão do Senado.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Indenização para mais de 2 mil por perda de tempo

Consumidor precisa ser ressarcido quando tem o tempo desperdiçado, seja na fila ou em um longo telefonema para resolver problemas

Caio Miranda

Uma teoria, criada pelo advogado e escritor capixaba Marcos Dessaune, vem revolucionando o Direito do Consumidor, servindo de embasamento para mais de 2 mil decisões em mais de 20 tribunais espalhados pelo País, em que empresas foram condenadas a pagar indenizações por danos morais *lato sensu* (ou sentido amplo) aos consumidores.

A “Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor”, segundo Dessaune, sustenta que ao desperdiçar seu tempo de vida e se desviar de suas atividades existenciais — trabalho, estudo e lazer — para tentar resolver problemas de consumo, como demora em fila, o consumidor sofre um dano extrapatrimonial de natureza existencial.

Ele explicou que a teoria surgiu como um contraponto à jurisprudência antiga e ultrapassada dos tribunais brasileiros, que ficou conhecida como “mero aborrecimento”.

“Essa jurisprudência estava equivocada, que dizia que essa ‘via-crúcis’ pela qual passa o consumidor ao enfrentar problemas de consumo que são criados pelos próprios fornecedores representaria mero aborrecimento. Afinal de contas, nos ventos danosos de desvio produtivo, os bens lesados são o tempo vital e as atividades existenciais do consumidor”.

Ele completou: “A jurisprudência dava ênfase a uma subjetividade na avaliação dos danos eventualmente sofridos pelo consumidor, tanto que muitas situações que os consumidores levavam aos tribunais não caracterizavam um dano moral indenizável, mas sim meros dissabores”.

A teoria caiu nas graças do meio jurídico brasileiro, sendo responsável por extinção de súmula no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) e vem sendo aplicada constantemente pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Para Dessaune, o reconhecimento causa um misto de alegria, orgulho e responsabilidade.

“Até o advento, reconhecimento e aplicação da teoria, o consumidor vinha sendo alvo de decisões que o lesavam. Toda vez que você perde tempo de vida, você perde vida. Estávamos deixando de viver para aquilo que existimos, para tentar resolver problemas de consumo, sem sermos indenizados”.



MARCOS DESSAUNE é autor da teoria que já é seguida em 20 tribunais do País, inclusive pelo STJ

ENTENDA

A teoria

- ▶ CRIADA EM 2011 pelo advogado e escritor capixaba de livros jurídicos Marcos Dessaune, a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor vem revolucionando os entendimentos e decisões da Justiça do País em ações que envolvem relações de consumo.
- ▶ A TESE defende que o consumidor seja indenizado pelo tempo que perdeu ao resolver problemas com empresas de bens e serviços.
- ▶ O TEMPO DE VIDA, bem jurídico agora identificado pela teoria, possui três características: finito na vida humana; irrecuperável e inacumulável.
- ▶ ATÉ ENTÃO, a Justiça tratava a perda de tempo como “mero aborrecimento” do consumidor.
- ▶ PORÉM, Dessaune defende que os bens jurídicos atingidos nesses casos são o tempo vital e as atividades

existenciais do consumidor — trabalho, estudo, descanso, lazer, convívio social e familiar — e não a integridade psicológica e física.

Reconhecimento

- ▶ A TEORIA já serviu de embasamento para mais de 2 mil decisões no País, de mais de 20 tribunais diferentes.
- ▶ NO SUPERIOR Tribunal de Justiça (STJ), já há mais de 13 decisões monocráticas dos ministros, confirmando o que diz a teoria.
- ▶ INCLUSIVE, a Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor foi escolhida para ser um dos temas das comemorações dos 30 anos de existência do STJ.
- ▶ COM BASE na tese, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) revogou a Súmula 75 da Corte, que caracterizava que os danos sofridos pelos consumidores eram um mero

aborrecimento, excluindo a possibilidade de indenização de clientes e de punição das companhias.

Algumas situações práticas

- ▶ UM DOS EXEMPLOS mais emblemáticos, que os tribunais, com o advento da teoria, vêm condenando os fornecedores, é a demora exagerada em uma fila de banco.
- ▶ OUTRA SITUAÇÃO é a cobrança abusiva de pequenas taxas na fatura, quando muitas empresas a incluem esperando que o cliente não vá se dar ao trabalho de reclamar.
- ▶ MESMO uma cobrança indevida de valores pequenos, como R\$ 3, faz com que o consumidor perca horas de sua vida tendo de fazer telefonemas para a empresa.

Fonte: Marcos Dessaune e pesquisa AT.

Tendência é de soluções mais ágeis

Com a aplicação da Teoria do Desvio Produtivo do Consumidor pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a tendência, segundo o especialista em Direito do Consumidor Renato Ferron, é de os juízes das instâncias inferiores também utilizarem a tese nas decisões.

Para ele, isso fará com que as empresas se tornem mais ágeis ao resolver os problemas causados aos seus clientes.

“Dado que o Judiciário passa a condenar as empresas a indenizar,



FERRON: resolução de problemas

de alguma forma, o tempo que o consumidor perdeu, a tendência é elas resolverem os problemas o mais rapidamente, para não serem condenadas nesse item”, disse.

Para o criador da teoria, o advogado Marcos Dessaune, “a partir do momento em que os tribunais reconhecem e aplicam a teoria, estão agindo de maneira preventiva para que esses danos diminuam e até mesmo não se repitam, bem como estão compensando, minimamente, os consumidores”.

| ALTERAÇÃO POLÊMICA |

DODGE MANDA ANALISAR A LEI DOS SUPERPODERES

Representação foi assinada por procuradores do MPF-ES

de VINÍCIUS VALFRÉ
vpeireira@redgazeta.com.br

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, encaminhou para sua Secretaria da Função Constitucional, a representação apresentada por cinco membros do Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) contra a Lei Complementar Estadual nº 901, que deu "superpoderes" ao chefe do Ministério Público Estadual (MPES). A representação está sob análise da secretaria, comandada pelo procurador Paulo Gustavo Gonet Branco.

As informações são da assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral da República. "Não é possível, no momento, antecipar que providências serão tomadas, mas a representação está sendo analisada", frisou, ontem.

O órgão também esclareceu que outra representação sobre o mesmo tema, apresentada pela ONG Transparência Capixaba e pelo Fórum das Carreiras Típicas do Estado (Focates), foi entregue na segunda-feira ao MPF no Espírito Santo, embora endereçada à Raquel Dodge. Portanto, o documento ainda não chegou à PGR.

Conforme A GAZETA e o Gazeta Online publicaram, com exclusividade, procuradores do MPF-ES consideram a lei complementar, sancionada no dia 31 de dezembro pelo então governador Paulo Hartung (ex-MDB, hoje sem partido), "esdrúxula" e na contramão do combate à corrupção.

Eles criticam o artigo 4º da lei, que deu ao chefe do MPES, cargo hoje exercido por Eder Pontes, ou a quem ele designar, a prerrogativa de atuar em pro-



Raquel Dodge vai aguardar análise de secretaria a respeito da ampliação dos poderes do chefe do MPES

cessos que envolvam autoridades – como deputados e secretários de Estados –, mas que digam respeito a crimes comuns. Esses casos, segundo o mais recente entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), devem tramitar na primeira instância, com juízes e promotores de Justiça que atuam nas Varas dos municípios.

Ao restringir o chamado foro privilegiado, o STF estabeleceu que tramitariam nas instâncias superiores apenas os casos de crimes de autoridades praticados no exercício do mandato ou em função dele.

"No mesmo ano em que o STF considerou inconstitucional o foro especial para crimes alheios à função pública, foi promulgada a lei complementar estadual prevendo a permanência dos inquiridos e processos sob a atribuição do procu-

"A inovação caminha no contrafluxo do combate à corrupção e afronta a independência funcional dos promotores"

PROCURADORES DO MPF-ES EM OFÍCIO À PGR

rador-geral de Justiça independentemente de a infração penal ter sido praticada no exercício do cargo e em razão dele. Evidentemente, a norma foge do propósito constitucional de proteção exclusiva da função pública. Quando a Suprema Corte fixou a tese em destaque, manifestou ultimamente o entendimento de que o poder cons-

tituinte atribuiu a todas as autoridades de primeira instância o processamento e o julgamento dos crimes praticados fora daquelas condições. Nesse sentido, pode-se dizer que a lei desrespeita a decisão do STF e a Constituição Federal", destacaram os procuradores que assinam o ofício.

LAVA JATO

O coordenador da força-tarefa da Lava Jato, o procurador do MPF no Paraná, Deltan Dallagnol, também atacou a lei capixaba. No Twitter, entendeu que medida amplia o foro privilegiado "enquanto o país o restringe".

Em entrevista para A GAZETA, o procurador-geral de Justiça, Eder Pontes, negou que a lei proposta pelo órgão ministerial capixaba represente impunidade. Mas chegou a dizer que a mu-

"Não é possível, no momento, antecipar que providências serão tomadas, mas a representação está sendo analisada"

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA EM NOTA

dança se deu "para evitar perseguição por parte de quem quer que seja".

Dallagnol também criticou o que vislumbrou como "desconfiança" de Eder Pontes sobre os promotores de Justiça.

Procurado ontem para se manifestar sobre o andamento da representação na PGR, o MPES não deu retorno até o fechamento.

ENTENDA

PROPOSTA DE LEI

► Elaboração

O projeto de lei que alterava as prerrogativas do procurador-geral de Justiça foi debatido pelo Colégio de Procuradores do MPES. Em seguida, encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa.

CRÍTICAS

► Pontos de vista

Publicado por A GAZETA com exclusividade, o projeto era defendido por quem via nele a possibilidade de vetar uma eventual perseguição de promotor de Justiça contra autoridades. Mas era criticado por quem não considera certo concentrar essa atuação no procurador-geral, que é sempre alguém indicado pelo governador para o cargo.

APROVAÇÃO

► Deputados

No dia 17 de dezembro, a Assembleia aprovou o projeto, por 17 votos a dois, e uma abstenção.

SANÇÃO

► Hartung

Após a aprovação na Assembleia, a lei foi sancionada pelo então governador Paulo Hartung e publicada no Diário Oficial no dia 31 de dezembro, último dia do governo passado.

FUTURO

► STF

Agora, com representações de procuradores e entidades, a lei pode ir parar no STF.